



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

- ANEXO III -

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO 2015

Referências Temáticas e Bibliográficas

Instruções gerais: Em cada área de estudo, as referências temáticas correspondem a pontos numéricos, de 1 (um) a 10 (dez), a serem objeto de sorteio, em sessão pública, na fase da prova escrita do Processo Seletivo (item IV do Edital). As referências bibliográficas são apresentadas de modo meramente sugestivo, sem limitar ou vincular a preparação e estudos do candidato ou a avaliação a ser realizada pela Banca Examinadora.

LINHA DE PESQUISA 1

**PODER, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO
NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

Área de Estudo: P-01 - Justiça Tributária e Segurança Jurídica

Referências temáticas:

- 1) Os princípios ordenadores do Direito Tributário. Federalismo e Estado Democrático de Direito. Reflexos no sistema tributário nacional. As imunidades como limitações constitucionais ao poder de tributar. Direitos e garantias constitucionais do contribuinte. Segurança e Igualdade. A capacidade econômica.
- 2) Metodologia do Direito Tributário. O modo de pensar por meio de conceitos. O modo de pensar por meio de tipos. A prevalência do modo de pensar por meio de conceitos e a prevalência dos princípios constitucionais no Direito Tributário. A estrutura lógica das normas jurídicas. A hipótese e a consequência das normas tributárias e seus aspectos ou critérios. Normas, regras e princípios. Ponderação de princípios no Direito Tributário. Interpretação, integração e aplicação da legislação tributária.
- 3) Competência tributária. Discriminação constitucional e modalidades. Conflitos de competência; soluções constitucionais; o papel das leis complementares e das resoluções do Senado Federal.

- 4) O conceito de tributo e as espécies tributárias. A teoria geral dos impostos, das taxas e das contribuições.
- 5) Receitas originárias. Preços Públicos. Participação de um ente estatal no produto de arrecadação de tributo de competência alheia.
- 6) A proteção da confiança e a irretroatividade do Direito Tributário, em relação aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A boa fé. Soluções consensuais no Direito Tributário. Transação administrativa e transação tributária. A democratização da Administração Tributária.
- 7) O Procedimento Administrativo e o devido processo legal. Poder de Polícia Fiscal: conceito, meios, atributos, características, formas de atuação, limites. Manifestações do poder de polícia fiscal. Administração Tributária: atribuições da fiscalização. Prerrogativas da autoridade administrativa. Dívida ativa de créditos tributários: procedimento, inscrição, execução. A Repressão ao ilícito tributário. Multas, penalidades pecuniárias e garantias do contribuinte.
- 8) As relações econômicas internacionais, sua regulação e os efeitos na seara tributária. Principais atores globais transnacionais em matéria de regulação econômica e tributária: forma de atuação. Iniciativas harmonizadoras da tributação no ambiente global. Processo de produção, negociação e interiorização das normas que regulam o sistema econômico e tributário internacional. Mecanismos de solução de controvérsias entre os países. Governança tributária global. Implicações das limitações gerais externas ao exercício da atividade legislativa dos Estados soberanos em matéria tributária. Pluritributação internacional. Tributação do comércio eletrônico. Propostas de taxação global e seus possíveis reflexos.
- 9) As estratégias de simplificação e praticidade. Presunções e ficções no Direito Tributário. A aplicação da lei “em massa” e suas consequências para a igualdade e equidade.
- 10) Tributos sobre o consumo. Não cumulatividade. Tributação sobre a herança e sobre a renda. Outros tributos e a ideia de Justiça tributária. Tributação e desigualdade social. A tributação e o combate à pobreza.

Referências Bibliográficas: (preferência para edições mais recentes)

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves, SANTOS, Amanda Duque dos. A legitimidade ativa do contribuinte de fato do ICMS (energia elétrica) para pleitear repetição de valores pagos a maior ou indevidamente - Uma breve análise crítica da jurisprudência do STJ. *Revista Dialética de Direito Tributário*. v.214, p. 7 - 21, 2013.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Poder de polícia fiscal*. Belo Horizonte: Mandamentos.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. Por que a guerra fiscal? Os desafios do Estado na modernidade líquida. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. v.102, p. 305 - 341, 2011.

- BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Transações Administrativas*. São Paulo: *Quartier Latin*.
- CHANG, Ha-Joon. *23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo*. São Paulo: Cultrix.
- DERZI, Misabel Abreu Machado. Guerra fiscal, Bolsa Família e Silêncio (Relações, efeitos e regressividade). In: *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília: Centro de Estudos Jurídicos da Presidência, v. 16, n. 108, Fev./ Mai. 2014, p. 39-64. Disponível em: <<https://www4.planalto.gov.br/revistajuridica/vol-16-n-108-fev-maio-2014/menu-vertical/artigos/artigos.2014-05-28.1926333239>>.
- DERZI, Misabel Abreu Machado. *Direito Tributário Brasileiro*. Atualização da obra de Aliomar Baleeiro, Rio de Janeiro, Forense.
- DERZI, Misabel Abreu Machado. *Direito tributário, direito penal e tipo*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- DERZI, Misabel Abreu Machado. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. Atualização da obra de Aliomar Baleeiro. Rio de Janeiro: Forense.
- DERZI, Misabel Abreu Machado. *Modificações da jurisprudência no Direito Tributário: proteção da confiança, boa fé objetiva e irretroatividade como limitações constitucionais no poder judicial de tributar*. São Paulo: Noeses.
- DERZI, Misabel de Abreu Machado. (Coord.) *Separação de poderes e efetividade do sistema tributário*. Belo Horizonte: Del Rey.
- MOREIRA, André Mendes. *A Não-Cumulatividade dos Tributos*, 2ª ed. São Paulo: Noeses, 2012.
- MOREIRA, André Mendes e RIBEIRO, Jamir Calili. *Metodologia do Direito Tributário e o Modo de Raciocinar por Tipo e por Conceitos*. In: Sacha Calmon Navarro Coelho. (Org.). *Segurança Jurídica*. Rio de Janeiro: GEN-Forense, 2013, v. 1, p. 517-538.
- MURPHY, Liam; NAGEL, Thomas. *O mito da propriedade. Os impostos e a justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Área de Estudo: P-02- Direito Penal Contemporâneo

Referências temáticas:

- 1) O modelo constitucionalmente orientado de direito penal: princípios constitucionais em matéria penal.
- 2) Relações do direito penal com outros ramos da ciência jurídica: Direito constitucional, administrativo, internacional, econômico, tributário. As ciências penais: filosofia do Direito penal, criminologia, política criminal.
- 3) Teoria da norma penal.
- 4) Conceitos de crime. O conceito analítico do crime: evolução e variações.
- 5) Os principais sistemas da teoria do delito: sistemas causais, finalista. Funcionalismo.

- 6) Tipicidade e causas de sua exclusão.
- 7) Bem jurídico e imputação objetiva.
- 8) Ilicitude penal e causas de sua exclusão.
- 9) Culpabilidade e causas de sua exclusão.
- 10) Direito penal e poder punitivo: conteúdo e função das sanções penais. Das medidas de segurança.

Referências Bibliográficas

- ASSIS TOLEDO, Francisco de. *Princípios Básicos de Direito Penal*. Saraiva; 4. ed., São Paulo, 1996.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal; introdução à sociologia do direito penal*. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro, Revan, 1997.
- BRODT, Luís Augusto Sanzo. *Do estrito Cumprimento de Dever Legal*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2005.
- BRUNO, Anibal. *Direito penal; Parte geral*. Rio de Janeiro: Forense, t.1(1967), t.2(1967).
- DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito penal; parte geral*. São Paulo: Coimbra e Revista dos Tribunais, 2007.
- FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão; teoria do garantismo penal*. Trad. Ana Paula Zomer Sica. Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- HUNGRIA, Néelson. *Comentários ao código penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1957. v. 1, t. 1 e 2.
- LUIZI, Luiz. *Os princípios constitucionais penais*. 2ª. ed., Porto Alegre: SAFE, 2003.
- PRADO, Luiz Regis. *Alegre:Fabris, 1987.Bem jurídico-penal e constituição*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- ROXIN, Claus. *Funcionalismo e imputação objetiva no direito penal*. Trad e Int.Luís Greco. Rio de Janeiro-São Paulo: Renovar, 2000.
- _____. *Política criminal e sistema jurídico penal*. Trad.Luís Greco.Rio de Janeiro-São Paulo: Renovar, 2000.
- SALES, Sheila Jorge Selim de. *Escritos de direito penal*. 2ª. ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- SANTOS, Juarez Cirino dos.*Direito Penal.Parte Geral*.Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.
- SILVA SÁNCHEZ, Jesús María. *A expansão do direito penal. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. Trad.Luiz Otávio de Oliveira Rocha.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- TAVARES, Juarez .*Teoria do injusto penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
- WELZEL, Hans. *El nuevo sistema de derecho penal; una introducción a la doctrina finalista de la acción*. Trad y notas José Cerezo Mir. Montevideo-Buenos Aires: Bdef, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raul, SLOKAR, Alejandro, ALAGIA, Alejandro. *Derecho Penal*. Parte General. Buenos Aires: Ediar, 2002.

Área de Estudo: P-03- Direito e Desenvolvimento Econômico

Referências temáticas:

- 1 – Constituição Econômica de 1988. Antecedentes históricos. Disciplina jurídica da economia de mercado na atualidade: o papel do Estado e da empresa. A interação entre as políticas econômicas contemporâneas: concorrência, consumidor, propriedade intelectual, regulação, defesa comercial.
- 2 - Direito da concorrência brasileiro. Influências, história, sistema administrativo. Remédios antitruste e sua inserção no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro. O novo sistema brasileiro de defesa da concorrência.
- 3 - Direito da concorrência e atos de concentração. Atos de concentração: Conceitos fundamentais e perspectivas históricas norte-americanas, europeias e brasileiras. Requisitos, pressupostos e critérios de aprovação pelo CADE. A jurisprudência do CADE em atos de concentração.
- 4 - Direito da concorrência e condutas anticompetitivas. Condutas anticompetitivas: Conceitos fundamentais e perspectivas históricas norte-americanas, europeias e brasileiras. A jurisprudência do CADE em controle de condutas anticompetitivas.
- 5 – Regulação econômica sob o enfoque do Direito Econômico. Regulação setorial. Regulação de preço, qualidade, segurança e entrada. Variável econômica agregada.
- 6 – O Poder Judiciário e o Direito Econômico. Limites e fundamento do controle judicial de políticas econômicas públicas.
- 7 – Análise Econômica do Direito como método. História e evolução. Contribuições da *Law and Economics* para o estudo do direito da concorrência brasileiro. Outras influências e contribuições possíveis.
- 8 – Surgimento e consolidação da Economia Comportamental aplicada ao Direito. Contribuições da Behavioral Law and Economics para o estudo do direito do consumidor brasileiro. Outras influências e contribuições possíveis.
- 9 - Desenvolvimento Econômico: conceitos e evolução. Direito do Desenvolvimento e Direito ao Desenvolvimento. Políticas econômicas de desenvolvimento. Propriedade Intelectual e suas interfaces com as políticas econômicas de desenvolvimento.
- 10 – O Direito do Consumidor sob o enfoque do Direito Econômico. Perspectiva constitucional. Direito do consumidor e desenvolvimento econômico.

Referências Bibliográficas

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. A Análise Econômica do Direito como método e disciplina. *Revista da Associação Mineira de Direito e Economia*, v. 1, p. 004, 2009.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. *Propriedade intelectual: uma abordagem pela análise econômica do direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

OLIVEIRA, Amanda F. de, CASTRO, Bruno Braz de. *Proteção do consumidor de crédito: uma abordagem a partir da economia comportamental*. *Revista de Direito do Consumidor*, vol. 93, maio-junho 2014, p. 231-249.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de, FERREIRA, Felipe. *Análise econômica do Direito do Consumidor em períodos de recessão. Uma abordagem a partir da Economia Comportamental*. *Revista de Direito do Consumidor*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. vol. 81, p. 13-38.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. (Org). *Direito Econômico: evolução e institutos. Obra em homenagem ao Professor João Bosco Leopoldino da Fonseca*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. *O direito da concorrência e o Poder Judiciário*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. *Os desafios do direito do consumidor contemporâneo*. *Revista Forense*, Rio de Janeiro: Editora Forense, v. 402, março-abril 2009, p. 587-595.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – Histórico. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 44, out-dez 2002, p. 97-105.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de e RUIZ, Ricardo Machado (coord.). *Remédios antitruste*. São Paulo: Singular, 2011.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. *Preço Abusivo, eficácia jurídica e análise econômica: afinal, onde está a cabeça de bacalhau?*. *Revista do IBRAC*, v. 19, p. 21-43, 2011.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. *Notas Introdutórias sobre o Princípio da Livre Concorrência*. *Revista de Direito da Concorrência*, v. 6, p. 13-26, 2005.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. *Regulação Jurídica, Racionalidade Econômica e Saneamento Básico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

RUIZ, RICARDO Machado. *Preços Abusivos na Política Antitruste: uma peça com três atores*. In: Jefferson Carús Guedes; Juliana Sahione Myrink Neiva (org.). *Debates em Direito da Concorrência - Série Publicações da Escola da AGU*. Brasília: Advocacia Geral da União, 2011.

Área de Estudo: P-04- Empresa no Mercado

Referências temáticas:

- 1) Surgimento e evolução do direito comercial: do *ius mercatorum* à harmonização e uniformização internacional do direito comercial na União Europeia.
- 2) Personalidade jurídica no direito societário.
- 3) Responsabilidade dos sócios e dos administradores da sociedade limitada.
- 4) Controle acionário no mercado de capitais brasileiro.
- 5) Fusões e aquisições
- 6) Empresa familiar: constatações e desafios no cenário jurídico.
- 7) Empresa em crise econômico-financeira: falência, recuperação judicial e extrajudicial de empresas.
- 8) Mercado financeiro.
- 9) Análise jurídica da economia e do mercado.
- 10) Instrumentos jurídicos de mobilização do crédito: cédulas de crédito e valor mobiliário.

Referências Bibliográficas

ABRÃO, Carlos Henrique. Cédula de crédito bancário: dinheiro magnético. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CASTRO, Moema Augusta Soares de et CARVALHO, William Eustáquio de (Coord.). Direito Falimentar Contemporâneo. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2008.

CASTRO, Moema Augusta Soares de, GONÇALVES, Fernando et WALD, Arnoldo (Coord.). Sociedades Anônimas e Mercado de Capitais: Homenagem ao Prof. Osmar Brina Corrêa-Lima. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

COELHO, Fábio Ulhoa et FÉRES, Marcelo Andrade (Coord.). Empresa Familiar: Estudos Jurídicos. São Paulo: Saraiva, 2014.

CORRÊA-LIMA, Osmar Brina et LIMA, Sérgio Mourão Corrêa (Coord.). Comentários à Nova Lei de Falência e Recuperação de Empresas. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

CORRÊA-LIMA, Osmar Brina. Sociedade Anônima. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

CORRÊA-LIMA, Osmar Brina. Sociedade Limitada. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

EIZIRIK, Nelson et. al. Mercado de capitais e regime jurídico. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: RENOVAR, 2011.

FORGIONI, Paula Andrea. A Evolução do Direito Comercial Brasileiro: Da Mercancia ao Mercado. São Paulo: RT, 2009.

FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora. GALGANO, Franceso. Storia del Diritto Commerciale. Bologna: Il Mulino, 1976.

LIMA, Sérgio Mourão Corrêa. Análise Jurídica da Economia. In: Revista de Direito Mercantil, v. 159/160, pp. 53/86, 2012.

MENEZES CORDEIRO, António. Direito Europeu das Sociedades. Coimbra: Almedina, 2005.

NEVES, Rubia Carneiro. Cédula de crédito. Doutrina e jurisprudência. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

NEVES, Rubia Carneiro Neves. Uma comparação entre os novos títulos de crédito do agronegócio e as cédulas de crédito. In: FERNANDES, Jean Carlos (Coord). Títulos de crédito. Homenagem ao Professor Wille Duarte Costa. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

SALOMÃO FILHO, Calixto. O Novo Direito Societário. São Paulo: Malheiros, 2002.

Área de Estudo: P-05 – Direito Internacional Contemporâneo

Referências temáticas:

1. Nova Ordem Internacional: aspectos políticos, econômicos e comerciais; governança global.
2. Tratados Internacionais: conceito; terminologia; condições de validade; classificação; fundamento; efeito; processo de conclusão; execução; garantias; cláusulas (nação mais desenvolvida, de salvaguarda, *si omnes*, escalonada, adesão, denúncia); extinção; e, apreciação no sistema brasileiro, extinção.
3. Pessoas Internacionais: Estado; organizações internacionais; pessoa humana; organizações não estatais; empresas transnacionais; organizações não-governamentais.
4. Organizações Internacionais – Teoria Geral: conceito; características; espécies; responsabilidade internacional; direitos; financiamento; efeitos jurídicos de suas normas.
5. Organização das Nações Unidas – ONU: histórico; finalidades; membros; idiomas; órgãos; personalidade jurídica; normas jurídicas dela emanadas e sua obrigatoriedade.
6. Organizações Especializadas da ONU: Organização Internacional do Trabalho – OIT; Organização das Nações Unidas para alimentação e Agricultura; Organização Mundial da Saúde – OMS; Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO; Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI; e, Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD.
7. Organizações Europeias: União Europeia - UE; Conselho da Europa; Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN; Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.
8. Organizações Americanas: Organização dos Estados Americanos – OEA; Mercado Comum do Sul – MERCOSUL; Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA; Comunidade Andina; Associação dos Estados do Caribe; Mercado Comum Centro-Americano.
9. Organização Mundial do Comércio – OMC: processo de formação – do GATT/47 ao Protocolo de Marraqueche; objetivos; estrutura; processo de decisão; solução de controvérsias; principais Acordos; e, Rodada de Doha.
10. Conflito Internacional: modos pacíficos de solução de conflitos internacionais; Corte Internacional de Justiça – CIJ; Tribunal de Justiça da União Europeia; Corte Interamericana de Direitos Humanos – OEA; Solução de Conflitos no âmbito do Mercosul; Solução de Conflitos na OMC

Referências Bibliográficas

- AMERASINGHE, C. F. *Principles of institutional law of international organizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BARRADO, Cástor Miguel Diaz. *El derecho internacional del tiempo presente*. Madrid: Universidad Rey Juan Carlos, 2004.
- CRETELLA NETO, José. *Teoria geral das organizações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- HARRIS, David J. *Cases and materials on international law*. London: Sweet & Maxwell, 2010.
- HURD, Ian. *International organizations: politics, law, practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- JACKSON, John J. *Sovereignty, the Wto, and changing fundamentals on international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- OLIVEIRA, Bárbara da Costa Pinto. SILVA, Roberto Luiz. *Manual de direito processual internacional*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- SCHERMES, Henry. BLOKKER, Niels. *International institutional law*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2011.
- SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
- SEYERSTED, Finn. *Common law of international organizations*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2008.
- SHARF, Michael. WILLIAMS, Paul. *The Law of international organizations: problems and materials*. Raleigh: Carolina Academic Press, 2013.
- SHAW, Malcom. *International law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- SILVA, Roberto Luiz. *Direito internacional público*. 4ª edição. Belo Horizonte, Del Rey, 2010.
- SLAUGHTER, Anne-Marie. *A new world order*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- STOLL Peter-Tobias. SCHORKOPF, Frank. *WTO – world economic order, world trade law*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2006.

LINHA DE PESQUISA 2

DIREITOS HUMANOS E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: FUNDAMENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE

Área de Estudo: D-01 – Direito Político

Referências Temáticas

- 1) A idéia de justiça política: eficácia jurídica do princípio democrático
- 2) Participação política como liberdade fundamental: o Estado da Justiça
- 3) Ética, direitos humanos e cidadania
- 4) Educação em Direitos Humanos e sua interação com a natureza das liberdades públicas
- 5) Participação popular e controle constitucional: o desafio contramajoritário nos processos de efervescência democrática
- 6) Estatuto constitucional dos direitos políticos e dogmática eleitoral: interações, reforços e distensões
- 7) Constituição e Política: desenhos institucionais e relacionamento entre os órgãos de soberania
- 8) Filtragem Constitucional do Direito Eleitoral
- 9) A posição constitucional do Poder Legislativo
- 10) Justiça Eleitoral: da legitimação por procedimento

Referências bibliográficas

BERCOVICI, Gilberto et al. *Teoria da Constituição: estudos sobre o lugar da política no direito constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

BITTAR, Eduardo C. B.. *Ética, Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. São Paulo: Manole, 2004.

BROCHADO, Mariah. *Ética e as relações entre estado, política e cidadania*. Cad. Esc. do Legislativo, Belo Horizonte, vol 12, n 19, p 57-82, julho-dezembro 2010.

CAMPOS, Adriana ; ALVES, B. B. C. . Ensaio sobre a contribuição das Ouvidorias Públicas para a Educação em Direitos Humanos e para a consolidação de uma cultura democrática no Brasil. *Revista Jurídica (FIC)*, v. 01, p. 112-137, 2014.

CAMPOS, Adriana. ANDRADE NETO, João. Liberdade e segurança: o impacto de um conflito (aparente) entre princípios. *Justiça em Revista*. V.1, p. 88-102, Belo Horizonte, 2010.

CLAVERO, Bartolome. Garantie des Droits: emplazamiento histórico del enunciado constitucional, in *Revista de Estudios Políticos - Nueva Epoca*, n. 81, p. 7-21, jul./set., 1993

DERRIDA, Jacques. Force of Law: The “mystical foundation of authority“. In: Drucilla Cornell (org.) *Deconstruction and the Possibility of Justice*. New York: Routledge, 1992, pp. 3-67.

- DUSO, Giuseppe (org.). *O Poder: história da filosofia política moderna*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GOMES, José Jairo. *Direito Eleitoral*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.
- HÖFFE, Otfried. *Justiça Política*. Martins Fontes, São Paulo, 2006.
- HONNETH, Axel. *Crítica del potere: La teoria della società in Adorno, Foucault e Habermas*. Trad. Maria Teresa Sciacca. Bari: Dédalo, 2002.
- LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988;
- PEREIRA, Rodolfo Viana. *Direito Constitucional Democrático: controle e participação como elementos fundantes e garantidores da constitucionalidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- RIBEIRO, Fávila. *Pressupostos constitucionais do Direito Eleitoral: no caminho da sociedade participativa*. Porto Alegre: SAFe, 1990.
- SALGADO, Eneida Desiree. *Princípios constitucionais eleitorais*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

Área de Estudo: D-02 – Acesso à Justiça e Solução de Conflitos

Referências temáticas

- 1) Acesso à Justiça no Brasil. História e contemporaneidade. Conceitos e compreensões, opções políticas e jurídicas. Efetividade e possibilidades. Conceito simbólico e retórico?
- 2) Políticas: Públicas e Judiciárias para Acesso à Justiça. Diálogos e institucionais possíveis. Ações voltadas a efetividade em abordagem crítica. Passado, Presente e Futuro.
- 3) Acesso, “revolução democrática de Justiça” e Justiça: aspectos, conceitos, visões, perspectivas, críticas e debates inadiáveis.
- 4) Geografia do acesso e acesso à Justiça – diagnósticos, análises, possibilidades, desafios e perspectivas. Efetividade de Direitos e de Justiça.
- 5) Meios de Solução de conflitos no Brasil e no mundo. Da conceituação e compreensão de pertinências para as possibilidades e críticas das formas.
- 6) Instrumentos para a tutela, efetividade do Direito e o Acesso à Justiça. Perspectivas e visão crítica. Possibilidades efetivas.
- 7) Mediação: ofício, tipos, possibilidades, socialização jurídica, ação pedagógica, formação e informação, transformação e constituição. Visão Crítica. História e Futuro.
- 8) Justiça Restaurativa: modelos, possibilidades, ação pedagógica e aplicabilidades no direito interno e externo. Espaços e constituição. Visão crítica. História e futuro.
- 9) Conciliação: possibilidades, experiências, comparação entre os sistemas existentes, desafios, potencialidades e dificuldades, visão crítica. História e futuro.

10) Acesso à Justiça: recrutamento e formação dos atores ligados às funções essenciais de Justiça e Acesso à Justiça. Educação e formação jurídica voltada ao atuar voltado a solução do conflito em perspectiva ampliada. Desafios e potencialidades. Passado, Presente e Futuro.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie; GOMES, Lillian. *Cartografia da Justiça no Brasil: uma análise a partir de atores e territórios*. São Paulo: Saraiva, 2014.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Fabris, 1988.

DAICOFF, Susan Swaim. *Comprehensive law practice: Law as a healing profession*. Durham: Carolina Academic Press, 2011.

FALCÓN, Enrique M; LUBEL, Leonardo Alfredo; TRIONFETTI, Víctor R. *Procedimento Laboral Y Conciliación Obligatoria*, Tomo I e II. Buenos Aires: Rubinzal – Culzoni Editores, 2013.

FARIA, José Eduardo (Org.). *Justiça e conflito: os juízes em face dos novos movimentos sociais*. São Paulo: RT, 1991.

FOLGER, J.P.; BARUCH BUSH, R.A. Traduzido por Aníbal Leal. *La promesa de Mediación: como afrontar el conflicto a través del fortalecimiento propio y el reconocimiento de los otros*. Buenos Aires: Granica, 2008.

GALANTER, Marc. *Why the 'haves' come out ahead: speculations on the limits of legal change*. Denver: Law and Society Society Review, The Association, vol. 9, n.1, 1974.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo estado de direito*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

NALINI, José Renato. *O Juiz e o acesso à justiça*. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da; ANDRADE, Oyama Karyna Barbosa. *Justiça do Século XXI*. São Paulo: LTr, 2014.

Revista Meritum – Revista de Direito da Universidade FUMEC, Volume 7 – número 2 – julho/dezembro de 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma Revolução Democrática da Justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHINABEL, Albrecht; CARMENT, David. *Conflict Prevention from Rethoric to Reality. Vol. 1: "Organizations and Institutions"; Vol. 2: "Opportunities and innovations"*. Oxford: Lexington Books, 2004.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Org.). *O juiz: seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

WARAT, Luis Alberto. *O ofício do mediador*. Volumes: I, II e III. Florianópolis: Habitus, 2001

Área de Estudo: D-03 – Processo Coletivo

Referências temáticas:

- 1) As ações que compõem o microsistema integrado de tutela dos direitos coletivos no Direito brasileiro e os seus respectivos objetos;
- 2) Aspectos controvertidos quanto à legitimação ativa e à passiva dos processos coletivos no Direito brasileiro;
- 3) A atuação do Ministério Público nas ações coletivas: poderes e limitações;
- 4) Evolução histórica da tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos no Direito brasileiro;
- 5) A tutela dos direitos difusos, coletivos e dos individuais homogêneos no Estado de Direito Democrático;
- 6) O processo coletivo e a judicialização de políticas públicas no Estado de Direito Democrático;
- 7) Aspectos controvertidos quanto à coisa julgada nas ações coletivas em sentido lato;
- 8) A execução das decisões de procedência nas ações coletivas no sistema processual brasileiro;
- 9) Viabilidade do processo coletivo como meio de acesso à justiça, no Estado de Direito Democrático;
- 10) O Direito Constitucional Brasileiro como fonte de tutela aos direitos coletivos em sentido lato e sua evolução ao longo da história.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Gregório Assagra. *Direito coletivo brasileiro: autonomia metodológica e superação da summa divisio público e direito privado, pela summa divisio constitucionalizada e relativizada, direito coletivo e direito individual*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

_____. *Direito processual coletivo brasileiro: um novo ramo do direito processual*. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. *Manual das ações constitucionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: direito processual coletivo e direito processual público*. São Paulo: Saraiva, v.2, Tomo III, 2010.

CAPPELLETTI, Mauro. *Acesso à justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris Editor. 1998.

DIDIER JR., Fredie e ZANETTI JR. Hermes. *Curso de direito processual civil: processo coletivo*. Salvador: Jus PODIVM. 2007, v. 4.

ESTAGNAN, Joaquín Silguero. *La tutela jurisdiccional de los intereses colectivos a través de la legitimación de los grupos*. Madri: Dykinson, 1995.

FREIRE JR. Américo Bedê. *O controle judicial de políticas públicas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

GIDI, Antonio. *A class action como instrumento de tutela coletiva dos direitos: as ações coletivas numa perspectiva comparada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

LEAL, Flávio Mafra. *Ações coletivas: história, teoria e prática*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1998.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Manual do processo coletivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

OTEIZA, Eduardo. *Processos coletivos*. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Cortez, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme e MITIDIERO, Daniel. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho. *A legitimação ativa nas ações coletivas*. Tese de doutorado. Belo Horizonte. Faculdade de Direito da UFMG, 2003.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Área de Estudo: D-04– Direito e Poder Judiciário

Referências temáticas:

1. Estrutura do poder judiciário brasileiro e os desafios do século XXI
2. A formação dos precedentes e sua aplicação no país
3. A simplificação do procedimento e os mecanismos antecipatórios
4. A tecnologia a serviço da efetividade da jurisdição
5. Princípios e garantias constitucionais do processo
6. As demandas de massa e suas soluções
7. O contraditório no processo
8. Meios de impugnação de decisões judiciais
9. A concretização dos direitos fundamentais pela jurisdição
10. Execução forçada

Referências Bibliográficas

ANDREWS, Neil. *O moderno processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios*. 13ed. São Paulo: Saraiva, 2012

- BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Temas de Direito Processual*. 5ª série. São Paulo: Saraiva, 1994. 225p.
- _____. *Temas de Direito Processual*. 9ª série. São Paulo: Saraiva, 2007. 423p.
- BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Poderes instrutórios do juiz*. 4. ed. São Paulo: RT, 2009. 180p.
- BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. *Teoria do Precedente Judicial: A justificação e a aplicação de regras jurisprudenciais*. São Paulo. Ed. Noeses. 2012.
- CARPI, Federico, ORTELLS, Manuel (Org.). *Oralidad y escritura em um proceso civil eficiente*. 2 vol. Valencia: Universidade de Valência, 2008.
- CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*. Trad. Paolo Capitanio. Campinas: Bookseller, 1998. 519p. v.1.
- COMOGLIO, Luigi Paolo. *Ética e técnica del 'giusto processo'*. Torino: G. Giappichelli, 2004.
- GONÇALVES, Aroldo Plínio. *Técnica processual e teoria do processo*. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1992b. 220p.
- GONÇALVES, Gláucio Ferreira Maciel. A organização dos tribunais e a gestão do tempo. In: Vladimir Oliveira da Silveira; Orides Mezzaroba; Mônica Bonetti Couto; Samyra Sanches. (Org.). *Justiça e (o paradigma da) eficiência: celeridade processual e efetividade dos direitos (recurso eletrônico)*. Curitiba: Clássica, 2013, v. 3, p. 65-83.
- HADDAD, Carlos Henrique Borlido; PEDROSA, Luís A. Capanema. *Administração Judicial Aplicada*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2014. 288p.
- JAYME, Fernando Gonzaga. *Mandado de Segurança – de acordo com a Lei 12.016/2009*. Belo Horizonte: Del Rey, 2011. 200p.
- JAYME, Fernando Gonzaga; FARIA, Juliana Cordeiro de; LAUAR, Maira Terra (Org.). *Processo civil: novas tendências. Homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira*. Belo Horizonte: Del Rey, 2011. 708p.
- LLOBREGAT, José Garberí. *Constitución y Derecho Procesal – los fundamentos constitucionales del Derecho Procesal*. Navarra: Thomson Reuters, 2009.
- LORENZETTI, Ricardo Luis. *Teoria da decisão judicial*. São Paulo, 2009.
- MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela dos direitos*. São Paulo: RT, 2004. 702p.
- NERY JR. Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal*. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Do formalismo no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- PORTANOVA, Rui. *Princípios do processo civil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma Revolução Democrática da Justiça*. São Paulo: Cortez, 2007. 120p.

SANTOS, Boaventura de Souza, MARQUES, Maria Manuel Leitão, PEDROSO, João e FERREIRA, Pedro Lopes. *Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas. O caso português*. Porto: Edições Afrontamento, 1996.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. *Gerenciamento de Processos Judiciais*. São Paulo: Saraiva, 2010. 168p.

THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil, v. 2*. 49. ed. Rio de Janeiro: Forense Jurídica, 2014. 904p.

Área de Estudo: D-05 - Garantias Processuais Penais

Referências Temáticas

- 1) Sistemas processuais penais.
- 2) Iniciativa probatória do juiz e a composição democrática das decisões judiciais.
- 3) A construção da verdade no processo penal sob o marco do constitucionalismo democrático.
- 4) Prisões provisórias, medidas cautelares, *habeas corpus* e o princípio da presunção de inocência.
- 5) Princípios constitucionais aplicáveis ao processo penal.
- 6) Recursos e nulidades: a efetividade do processo sob os parâmetros de um Estado de Direito.
- 7) A natureza jurídica do processo penal.
- 8) Investigação preliminar criminal.
- 9) Proposta do novo código de processo penal. Aspectos favoráveis e contrários ao modelo proposto.
- 10) Limites ao exercício do direito à prova no processo penal.

Referências Bibliográficas

ALEXY, R. (Org.) ; TRIVISONNO, Alexandre T. G. (Org.) . *Teoria Discursiva do Direito*. 1a.. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. v. 1.

BRANDÃO, Cláudio . *Tipicidade Penal: dos elementos da dogmática ao giro conceitual do método entimemático*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2014.

CORDERO, F. *Procedura Penale*. 8. ed. Milão: Giuffrè, 2006.

CORDERO, F. *Ideologie del processo penale*. Roma: Università 'La Sapienza' di Roma, 1997.

FAZZALARI, Elio. *Conoscenza e valori saggi*. Torino: G. Giappichelli, 1999.

_____. *Istituzioni di diritto processuale*. 8. ed. Padova: Cedam, 2001.

FOCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Letras da PUC Rio, 2005.

FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Lembranças encobridoras*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago Editora, s.d. Vol. III (1893-1899).

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermêutica filosófica*. 8. ed. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

GONÇALVES, Aroldo Plínio. *Técnica processual e teoria do processo*. Rio de Janeiro: Aide, 1992.

HASSEMER, Winfried. *Crítica al derecho penal de hoy*. Trad. Patricia S. Ziffer. Colômbia: Universidad Externado de Colombia, 1997.

MARTINS, Rui Cunha. *A Hora Dos Cadáveres Adiados: Corrupção, Expectativa e Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2014

_____. *O ponto cego do Direito: The Brazilian Lessons*. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PINTO, Felipe Martins. *Introdução crítica ao processo penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

TASKI, Alfred. *A concepção semântica da verdade*. São Paulo: UNESP, 2007.

Área de Estudo: D-06 – Administração da Justiça, Governança Pública e Efetividade dos Direitos

Referências temáticas:

- 1) Epistemologia e democracia (I): A crise de racionalidade da ciência e da filosofia modernas: o positivismo e o paradigma rousseauiano-montesquieuniano. Desafios de uma concepção neoparadigmática da teoria jurídica e da democracia contemporânea.
- 2) Epistemologia e democracia (II): Ciência, ideologia e metodologia. A razão dialógica e a complexidade como premissas epistemológicas do princípio de democracia integral compreendido à luz da Constituição de 1988.
- 3) Os princípios da democracia integral e da ética de responsabilidade em Adela Cortina e os fundamentos constitucionais da República brasileira: uma aproximação possível?
- 4) A economia política e a história da economia na visão de Thomas Piketty: “Um Estado Social para o Século XXI”, “A estrutura da desigualdade”, Desigualdade e concentração da riqueza: tendências; Igualdade para o mercado ou justiça social?.

- 5) O Estado Constitucional: constitucionalismo e “neoconstitucionalismo”. Direitos de liberdade e direitos de justiça. O “direito por princípios” e crise da jurisdição.
- 6) A função do Poder Judiciário no Estado Democrático de Direito e a missão atribuída ao Poder Judiciário nacional no Plano Estratégico do Poder Judiciário Nacional (Resolução 70, CNJ e Anexos).
- 7) Administração da justiça: o instituto da cooperação judiciária instituído pela Recomendação 38 do Conselho Nacional de Justiça nas perspectivas da duração razoável do processo, da gestão judiciária e da administração da justiça. (Recomendação 38, CNJ e Anexos).
- 8) Crise e desafios do Poder Judiciário e da Administração da Justiça na Europa e na América Latina na perspectiva do Estado Democrático de Direito.
- 9) Governança e administração da justiça no sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista. O equívoco da equiparação do instituto ao das Comissões de Conciliação Prévia.
- 10) Fundamentos filosóficos – os princípios da razão dialógica (intersubjetiva) e da complexidade – e político-constitucionais do princípio de democracia imanente ao Sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista.

Referências Bibliográficas

CARBONNEL, Miguel. *Neoconstitucionalismo (s)*. Madrid: Trotta, 2005.

CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. O novo paradigma da cooperação judiciária. Revista eletrônica Jus Navigandi: Teresina, ano 17, nº. 3116, 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/20841>>.

CORTINA, Adela. *Razon comunicativa y responsabilidad solidaria*. Salamanca: Ediciones Sígueme S.A., 1985. “De la ética de la ciência a la ética de la argumentación” p. 92- 110; “Bosquejo de una ética dialógica de la responsabilidad solidaria” p. 155-177; “Limites dela ética discursiva?” p. 233-262.

MÉSZÁROS, Estván. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

PEDROSO, João. Percursos da Reforma da Administração da Justiça: uma relação entre o judicial e o não judicial. Centro de Estudos Sociais, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Disponível em: www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/171.pdf).

PIKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty-First Century*. Trad. Arthur Goldhammer. The Belknap Harvard University Press. CAMBRIDGE, LONDON, 2014 (*Part Three: The structure of inequality*;

Part four: Regulating Capital in the Twenty-Frist Century). Há versão em português: *O Capital no Século XXI*. Trad. Monica Baumgarten de Bolle. Editora Intrínseca.

SANTORO, Emílio. *Estado de direito e interpretação – por uma concepção jusrealista e antiformalista do Estado de Direito*.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução à sociologia da administração da justiça*, IN FARIA, José Eduardo (Org.). *Direito e justiça - função social do judiciário*. São Paulo, Editora Ática, 1997.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. “O novo sentido da jurisdição na estratégia do poder judiciário nacional e seu desdobramento na experiência do SINGESPA/TRT3-MG”, IN:ORSINI, Adriana G. S.; COSTA, Mila B. L.; ANDRADE, Oyama K. B. (Coords.). *Justiça do século XXI*. São Paulo: LTr, 2014, pp. 135-162.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. *Pressupostos Filosóficos e Político- Constitucionais para a aplicação do Princípio da Democracia Integral e da Ética de Responsabilidade na Organização do Trabalho e na Administração da Justiça: o Sistema Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista. Estudo de caso - a questão trabalhista regional e os resultados da instituição matricial de Patrocínio -MG (1994-2006)*. 907 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, defendida em dezembro/2007. (Disponível em **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** durante o processo seletivo 2013 – do Programa de Pós Graduação da FDUFG, 2013).

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Poder judiciário. Crises, acertos e desacertos*. SP: Rev. Tribunais, 1994

ZAGREBELSKY, Gustavo. *El derecho dúctil*. Madrid: Trotta, 2005.

Documentos complementares:

- Resolução 70/2009 (CNJ)
- Recomendação 38/2011 (CNJ)
- Anteprojeto do Regulamento da Rede Nacional de Cooperação Judiciária (II Encontro Nacional de magistrados de Cooperação da RNCJ) – Disponível em: www.prunart.wix.com/prunartufmg.
- Regulamento do Sistema Integrado de Participação da Primeira Instância na Gestão Judiciária e na Administração da Justiça do TRT3(Disponível em: www.trt3.jus.br/singesp/bases/regulamento.htm)

Área de Estudo: D-07 – Hermenêutica, Filosofia Política e Teoria Constitucional.

Referências temáticas

- 1) Da Hermenêutica à Hermenêutica Filosófica: As Teorias Interpretativas do direito e a legitimidade das decisões judiciais no constitucionalismo contemporâneo.
- 2) Direito e moralidade nas perspectivas positivistas e pós-positivistas
- 3) Os fundamentos político-filosóficos do constitucionalismo e a controvérsia sobre a legitimidade da jurisdição constitucional. O Debate entre o "constitucionalismo jurídico" e o "constitucionalismo político".
- 4) A dignidade da legislação e a (i)legitimidade da jurisdição constitucional nos sistemas jurídicos democráticos
- 5) Transconstitucionalismo e as conversações constitucionais como pontes de transição.
- 6) Com e contra o empirismo judicial, o pragmatismo e o movimento anti-teórico no direito.
- 7) A teoria discursiva da democracia e da constituição e os fundamentos dos direitos fundamentais.
- 8) As teorias dos diálogos institucionais e as novas experiências de desenhos institucionais no Direito Comparado
- 9) Ética, Direitos Humanos e Democracia
- 10) Liberdade de expressão, discurso do ódio e o papel da religião na política

Referências bibliográficas

- BELLAMY, R (2007). *Political Constitutionalism: A Republican Defence of the Constitutionality of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BROCHADO, M. "Ética e as relações entre estado, política e cidadania". *Cad. Esc. do Legislativo*, Belo Horizonte, vol 12, n 19, p 57-82, julho-dezembro 2010.
- BUSTAMANTE, T. R. "Dworkin, Vermeule and Gyorfí on Constitutional Interpretation: Remarks on a Meta-Interpretive Disagreement (Comment on Gyorfí)". *German Law Journal*, v. 14, p. 1109-1146, 2013. Disponível em: <http://www.germanlawjournal.com/index.php?pageID=2&vol=14&no=8>.
- DWORKIN, R (1986). *Law's Empire*. Cambridge, MA: Belknap.
- DWORKIN, R (2006). *Justice in Robes*. Cambridge, MA: Belknap.
- FERNANDES, B. G. A. "Os Passos da Hermenêutica: Da Hermenêutica à Hermenêutica Filosófica, da Hermenêutica Jurídica à Hermenêutica Constitucional e da Hermenêutica Constitucional à Hermenêutica Constitucionalmente adequada ao Estado Democrático de Direito". In: Bernardo Gonçalves Fernandes. (Org.). *Interpretação Constitucional: Reflexões sobre (a nova) Hermenêutica*. 01ed.Salvador: Jus Podivm, 2010, v. 01, p. 7-101.
- GADAMER. Hans Georg. *Verdade e Método I*. Petrópolis: Vozes, 11ª Edição, 2011.
- GARDBAUM, S. (2013) *The New Commonwealth Model of Constitutionalism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HABERMAS, Jürgen, *Facticidad y Validez: sobre el derecho y el Estado democrático de derecho en terminos de teoría del discurso*, Ed. Madrid: Trotta, 1998.

MENDES, Conrado Hubner. (2011). *Direito Fundamentais, Separação de Poderes e Deliberação*. São Paulo: Saraiva.

COLEMAN, J (2007). *The Practice of Principle: In Defence of a Pragmatist Approach to Legal Theory*. Oxford: OUP, capítulos 8 e 9.

NEVES, M (2011). *Transconstitucionalismo*. São Paulo: Martins Fontes.

POSNER, R (2002). *The Problematics of Moral and Legal Theory*: Cambridge, MA: Harvard University Press.

VERMEULE, A. (2006). *Judging under Uncertainty*. Cambridge, MA: Harvard.

WALDRON, J (1999). *Law and Disagreement*. Oxford: OUP

Área de Estudo: D-08 – Teoria da Legislação, Legística e Legimática.

Referências temáticas

- 1) Lei: discurso, comunicação e informação
- 2) O papel da jurisprudência na atividade legislativa
- 3) Linguagem da lei, simplificação e publicidade no quadro do movimento *Plain Language*
- 4) Legística Material e Legística Formal
- 5) Qualidade da lei e desenvolvimento econômico-social
- 6) Planejamento legislativo-regulatório :modelos de avaliação legislativa
- 7) Legimática e sistemas de apoio a atividade legislativa
- 8) Contraditório na atividade de elaboração legislativa no quadro da sociedade da informação
- 9) Atividade legislativa do Executivo
- 10) Legislação em direitos humanos e fundamentais

Referências Bibliográficas

ATIENZA, Manuel, **Contribución a una Teoría de la Legislación**, Madrid, Editorial Civitas, 1997.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto (ed.). **A Incorporação das Normas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos no Direito Brasileiro**. San José, Costa Rica: IIDH, ACNUR, CIVIC, CUE, 1996.

CHEVALLIER, J. – **A racionalização da produção jurídica**. *Legislação. Cadernos de Ciência de Legislação*. 3 (1992) 9-23

DELLEY, Jean-Daniel-**Pensar a lei, introdução a um procedimento metódico**. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 101-143, jan./ jun. 2004.

FERRAZ Jr., Tércio Sampaio, **Direito, Retórica e Comunicação**. São Paulo: Saraiva, 1997 p.113-114.

BROCHADO, Mariah. **Ética e as relações entre estado, política e cidadania**. Cad. Esc. do Legislativo, Belo Horizonte, vol 12, n 19, p 57-82, julho-dezembro 2010

HESPANHA, António Manuel - **Leis bem feitas e leis boas**. Legislação. Cadernos de Ciência de Legislação. 50 (2009) 31-47

GUASTINI, Riccardo. **Das fontes as normas**. Editora Quartier Latin, 2005.

LIMA, João Alberto de Oliveira. A apuração do texto original da Lei Geral de orçamento (Lei 4320/1964) a partir das Bases da Legislação Federal – Estudo de Caso. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília a. 48 n. 192 out./dez. 2011 p.79-93

MENDES, Gilmar Ferreira. O Apelo ao Legislador: Appellenstscheidung, na práxis da Corte Constitucional Alemã. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 29, n.114, p 473-484, abr./jun. 1999.

MERCATALI, Pietro, ROMANO, Francesco, I DOCUMENTI DELLO STATO DIGITALE. Regole e tecnologie per la semplificazione **Collana d'informatica giuridica**, vol. 2, pp. 67, ISBN 978-88-904520-1-7 Borgo San Lorenzo (Firenze), Edizioni Studio Ad.Es Il Galletto, 2013 [Monografia/Volume
<http://www.almanacco.cnr.it/reader/cw_usr_view_recensione.html?id_articolo=5110&giornale=5163>

MORAND, Charles-Albert. **Éléments de légistique formelle et materielle. Légistique Formelle et Materielle**. Aix-en-Provence: Presses Universitaires D'Aix- Marseille-PUAM, 1999. p. 45.

SOARES, Fabiana de Menezes. **Produção do direito e conhecimento da lei a luz da participação popular e sob o impacto da tecnologia da informação** - 2002.Direito Teses. 511 paginas. <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-96WPB6>>

SOARES, Fabiana de Menezes. Simplificação e elaboração da legislação tributária infralegal: notas sobre o acesso ao direito vigente e a gestão da elaboração legislativa pelo Executivo. **Cad. Fin. Públ., Brasília, n. 12, p. 219-254, dez. 2012**

WINTGENS, Luc J. **Legisprudence: A new Theoretical Approach to Legislation**. Proceedings of the Fourth Benelux-Scandinavian Symposium on Legal Theory. Oxford-Portland Oregon: Hart Publishing, 2002, p 1-38.

Documentos:

CANADA. Federal regulations manual ISBN 0-662-26392-8 . Cat. n. BT22-57/1998E Revised version (Part 2 in 2003, Appendix B to Part 2 in 2011, and Part 4 in 2008, 2010 and 2011).

_____. Statutes Repeal Act -S.C. 2008, c. 20.

_____. Loi sur le textes réglementaires – LRC, 1985, Ch.S22.

MANDELKERN, Grupo. Relatório Mandelkern sobre a Melhoria da Qualidade Legislativa. Conselho Europeu de Lisboa, março de 2000. <<http://www.csl.gov.pt/docs/groupfinal.pdf>>

OECD, GUIDING PRINCIPLES FOR REGULATORY QUALITY AND PERFORMANCE <<http://www.oecd.org/fr/reformereg/34976533.pdf>>

Plain Language Comission <<http://www.clearest.co.uk/pages/publications>>

Área de Estudo: D-09 – Hermenêutica Filosófica e Jurídica

Referências temáticas

- 1) A Teoria da Interpretação de Emílio Betti.
- 2) A Hermenêutica na matriz fenomenológica, especialmente na filosofia de Heidegger, Gadamer, Lévinas e Merleau-Ponty.
- 3) A Hermenêutica da contratualidade.
- 4) A Hermenêutica e o papel do intérprete no Estado Democrático de Direito
- 5) A Hermenêutica dos direitos da pessoa.
- 6) A Hermenêutica e a Bioética.
- 7) Hermenêutica, linguagem e argumentação.
- 8) A Hermenêutica e a Literatura.
- 9) A Hermenêutica da afetividade: do texto à existência.
- 10) Hermenêutica, poder e ordem.

Referências Bibliográficas

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. 2 ed. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.

HEIDEGGER, Martin. *A origem da obra de arte*. Trad. Maria da Conceição Costa. Lisboa: Edições 70, 1991.

HEIDEGGER, Martin. *Os conceitos fundamentais da metafísica*. Trad. Marco Antônio Casa Nova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

LÉVINAS, Emmanuel. *Éthique et infini*. Paris: Librairie Générale Française, 2004.

LÉVINAS, Emmanuel. *Totalité et infini: essai sur l'extériorité*. Paris: Librairie Générale Française, 2003.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A compreensão virtuosa do direito. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 97, n. 03, pp. 71-104, jan-jun, 2008.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A congenialidade fraterna: pressuposto da comunicação como justiça. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 107, pp. 331-353, jul-dez, 2013.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. *A fenomenologia e a hermenêutica jurídica*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 2007.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A teoria da interpretação jurídica: um diálogo com Emilio Betti. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 91, n. 06, pp. 145-169, jan-jun, 2005.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Hermenêutica da afetividade ou uma introdução à filosofia de Emmanuel Lévinas. In: MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva (Org.). *A invocação da justiça no discurso juspolítico*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2013. p.11-41.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Hermenêutica jurídica e linguagem: nas obras da fala com Merleau-Ponty. In: MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. *Temas de Hermenêutica Jurídica*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2013. p. 17-42.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Introdução à ontologia heideggeriana e ao meio ambiente: abertura do ser para o infinito da existência com o outro. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte*. Universidade Federal de Minas Gerais, v. 99-B, n. 09, pp.209-227, jul-dez, 2009.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. O induzimento como forma de violência e injustiça no processo juspolítico. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 100, n. 10, pp. 173-216, jan-jun, 2010.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Uma recordação da retórica no Fedro de Platão ou a força de resposta do discurso juspolítico inspirado na idéia de justiça. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 98, n. 12, pp. 337-360, jul-dez, 2008.

Área de Estudo: D-10 – Direito urbanístico e meio ambiente nas cidades

Referências temáticas:

- 1) Direito à cidade: princípios, elementos, efetividade
- 2) Direito à cidade no plano internacional: interdependência com os direitos humanos e fundamentais
- 3) Direito à moradia: habitabilidade, despejos forçados
- 4) Usufruto equitativo da cidade: princípio da justa distribuição dos encargos e benefícios decorrentes do processo de urbanização
- 5) Estatuto da Cidade: princípios, instrumentos, exigibilidade
- 6) Planejamento urbano: Plano Diretor, flexibilização urbanística

- 7) Gestão democrática da cidade
- 8) Propriedade urbana: função social, conteúdo essencial
- 9) Sustentabilidade ambiental e qualidade de vida nas cidades
- 10) Espaços ambientais protegidos e paisagem nas cidades

Referências Bibliográficas:

- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COALICIÓN INTERNACIONAL PARA EL HÁBITAT. El derecho a la ciudad en el mundo: compilación de documentos relevantes para el debate. México: HIC-AL, 2008. Disponível em: <<http://www.hic-al.org/publicaciones.cfm?pag=publicderviv>>.
- CORREIA, Fernando Alves. *Manual de direito do urbanismo*. vol I. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2008.
- DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio (Org.). *Estatuto da Cidade* (comentários à Lei Federal 10.257/01). São Paulo: Malheiros, 2002.
- FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Org.). *Direito à moradia adequada: o que é, para quem serve, como defender e efetivar*. Belo Horizonte: Fórum, 2014.
- GAIO, Daniel. A participação do Estado na formação do solo urbano e os mecanismos de recuperação de mais-valias no Brasil. *Cuaderno Urbano*. Espacio, Cultura, Sociedad. Resistencia (Argentina), nº 12, p. 27-42, jun. 2012.
- GAIO, Daniel. A função social da propriedade urbana na Constituição brasileira e a proteção dos valores ambientais. *Revista General de Derecho Constitucional*. Madrid, nº18, p. 01-19, abr. 2014.
- MARCHESAN, Ana Maria Moreira. Tutela jurídica da paisagem no espaço urbano. *Revista de Direito Ambiental*. Revista dos Tribunais: São Paulo, nº 43, p. 07-34, jul.-set. 2006.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MENDONÇA, Jupira Gomes de. Planejamento e medição da qualidade de vida urbana. *Cadernos Metrópole*, nº 15, p. 13-24, 2006.
- PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (Org.). Índice de bem-estar urbano. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrololes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=642%3Alan%C3%A7amento-do-livro-%E2%80%9C%C3%ADndice-de-bem-estar-urbano-%E2%80%93-ibeuro%E2%80%9D&Itemid=167&lang=pt>.
- SUGRANYES, Ana; MATHIVET, Charlotte (Org.). *Ciudades para tod@s: por el derecho a la ciudad, propuestas y experiencias*. Santiago: HIC, 2010. Disponível em: <<http://www.hic-al.org/publicaciones.cfm?pag=publicderviv>>.

LINHA DE PESQUISA 3
HISTÓRIA, PODER, E LIBERDADE

Área de Estudo: H-01 – História, reconhecimento e novos saberes jurídicos

Referências temáticas

- 1) A(s) identidade(s) do(s) “sujeito(s) constitucional (is)” (*Constitutional Subject*)
- 2) O direito brasileiro e o tema da escravidão;
- 3) A qualidade do Ensino Jurídico no Brasil Imperial;
- 4) O debate entre conservadores e liberais sobre quem deve ser o guardião da Constituição na Primeira República brasileira: tentativas de (re)ocupação do lugar simbólico da identidade do “sujeito constitucional”;
- 5) Ciência Histórica, Hermenêutica e Reconhecimento: o sentido da história;
- 6) Desconstrução, Filosofia Crítica da História e Reconstrução para uma nova história do processo de constitucionalização brasileiro;
- 7) Transição política brasileira, Constitucionalização, Democracia *sem espera*;
- 8) Formação histórica do direito privado brasileiro;
- 9) O direito brasileiro e o combate à pobreza;
- 10) Direito e Justiça: redistribuição e/ou reconhecimento.

Referências Bibliográfia:

ALVES, Adamo Dias; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; GOMES, David Francisco Lopes. *Constitucionalismo e Teoria do Estado: Ensaio de História e Teoria política*. Belo Horizonte: Arraes, 2013.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Passagens do Direito: Coisa devida, Dever-ser e Devir, Direito por vir In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.) *As formas do Direito: Ordem, razão e decisão (Experiências jurídicas antes e depois da modernidade)*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 69-76.

CATTONI, Marcelo (coord.). *Constitucionalismo e História do Direito*. Belo Horizonte: Pergamum, 2011, caps. 1 (p.19-59), 2 (p.61-90), 7 (p.207-247) e 8 (p.249-288).

FLEISCHACKER, Samuel. *Uma Breve História da Justiça Distributiva*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FRASER, Nancy e HONNETH, Axel. *Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico*. Madrid: Morata, 2006.

ROBERTO, Giordano Bruno Soares. A Produção Bibliográfica de Direito Civil nas Academias Jurídicas do Império: Primeiras Observações. In: Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann; Gustavo Silveira Siqueira. (Org.). *História do Direito*. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2012, v. 1, p. 80-118. [Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=3070e6addcd702cb>].

ROBERTO, Giordano Bruno Soares. Qualidade do Ensino Jurídico no Brasil Imperial: Primeiras Observações. In: CONPEDI. (Org.). *Anais do XX Congresso Nacional do CONPEDI*. 1. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011, v. 1, p. 10974-10999. [Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/anais/XXcongresso/Integra.pdf>].

SALCEDO REPOLES, Maria Fernanda. *Identidade do sujeito constitucional e controle de constitucionalidade: raízes históricas do Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2010.

SALCEDO REPOLES, Maria Fernanda. *Quem deve ser o guardião da constituição? Do Poder Moderador ao Supremo Tribunal Federal*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

Área de Estudo: H-02 – Teoria da Pessoa, Reconhecimento e Direitos Fundamentais.

Referências temáticas:

- 1) Pessoa e identidade;
- 2) Pessoa e autenticidade;
- 3) Pessoa e ação;
- 4) Pessoa, informação e *self*;
- 5) Pessoa e melhoramentos humanos;
- 6) Reconhecimento, subjetivação e socialização;
- 7) Cosmopolitismo e universalismo da diferença;
- 8) *Humanitas*: genealogia do conceito por uma ontologia pós-metafísica;
- 9) Reconhecimento e liberdade social;
- 10) Reconhecimento e reificação.

Referências Bibliográficas

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Pensar Habermas para além de Habermas *In* ALVES, Adamo Dias; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; GOMES, David Francisco Lopes. *Constitucionalismo e Teoria do Estado: Ensaios de História e Teoria Política*. Belo Horizonte: Arraes, 2013, pp. 123-146.

- HARRIS, John. *Enhancing Evolution: The Ethical Case for Making Better People*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- HONNETH, Axel. *Disrespect: The Normative Foundations of Critical Theory*. Cambridge: Polity, 2007 (caps. 1, 3, 5, 9 e 13).
- HONNETH, Axel. *Freedom's Law: The Social Foundations of Democratic Life*. New York: Columbia University, 2014. (Há edição em espanhol, *Derecho de la Libertad*, 2014).(Introduction; Part 1: caps. 1, 2, 3, Transition)
- HONNETH, Axel. *Reification: A new look at an old idea*. Oxford: Oxford University, 2008.
- HONNETH, Axel. *The I in We: Studies in the Theory of Recognition*. Cambridge: Polity, 2012 (2, 3, 9, 12)
- INGOLD, Tim. *The Perception of the environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. Abingdon: Routledge, 2011, p. 373-419.
- MARRAMAO, Giacomo. *La passione del presente*. Torino: Bollati Boringhieri, 2008. (Há edição em espanhol, *La pasión del presente*, 2011). (caps. 1, 3, 4, 5, 8 e 9)
- MARRAMAO, Giacomo. *Passaggio a occidente*. Torino: Bollati Boringhieri, 2010. (Há edição em inglês, *The Passagem West*, 2012) (caps. 1, 2, 6, 8 e 10)
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p.367-423.
- PARFIT, Derek. *Reasons and Persons*. Oxford: Oxford University Press, 1984, p. 197-347.
- SAVULESCU, Julian; SANDBERG, Anders; KAHANE, Guy. *Enhancing Human Capacities*. Wiley-Blackwell, 2011, p. 3-67.
- STANCIOLI, Brunello. *Renúncia ao Exercício de Direitos da Personalidade ou Como Alguém se Torna o que Quiser*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.
- TAYLOR, Charles. *The Ethics of Authenticity*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

Área de Estudo: H-03 – Ciência do Direito, História e Alteridade

Referências temáticas:

- 1) A pesquisa jurídica: o caleidoscópio do direito e a crítica da razão indolente;
- 2) As necessidades humanas, a identidade e o multiculturalismo na efetivação dos direitos;
- 3) Aplicação do direito e a experiência da sanção;
- 4) Direitos humanos e sua concreção;
- 5) Teorias da justiça e da injustiça;
- 6) História(s) do direito e os movimentos da memória;
- 7) Conhecimento do direito e interdisciplinaridade;

- 8) Epistemologia jurídica: os métodos e o conhecimento do direito;
- 9) O direito entre o global e o local;
- 10) A temporalização do direito e os interesses em conflito.

Referências Bibliográficas:

- FRASER, Nancy. *Scales of justice: reimagining political space in a globalizing world*. New York: Columbia University Press, 2009.
- GUSTIN, Miracy B. S. *Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito*. 2.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. 230p.
- GUSTIN, Miracy B. S.; DIAS, Maria Tereza F. *(Re) Pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática*. 3ª ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. Cap. 3: A ciência jurídica e seu objeto de investigação.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2v.
- HELLER, Agnes. *Além da justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- HESPANHA, Antonio Manuel. *O caleidoscópio do direito: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje*. Coimbra: Almedina, 2007
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.
- LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Orgs.). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2006. Caps. IV (Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX); VII (Para além dos tribunais: advogados e escravos no movimento abolicionista em São Paulo); XIII (Direitos por lei ou leis por direito: pobreza e ambigüidade legal no Estado Novo); XV (A construção do arbítrio legalizado: os limites do que nos era permitido saber).
- LOPES, Mônica Sette. *O juízes e a ética do cotidiano*. São Paulo: LTr, 2008.
- OST, François. *O tempo do direito*. Trad. Élcio Fernandes. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- ROULAND, Norbert. *Nos confins do direito: antropologia jurídica da modernidade*. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Cap. III: O Estado, a violência e o direito.
- SANDEL, Michael J. *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Caps. 7, 9 e 10.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Col. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. V. 1. São Paulo: Cortez, 2000. Parte I: Epistemologia das estátuas quando olham para os pés: a ciência e o direito na transição paradigmática.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010. Segunda Parte: caps. 4, 5 e 6.

Área de Estudo: H-04 –História, Inquisição e Ideologia do Processo Penal

Referências temáticas:

- 1) Fontes históricas do processo penal brasileiro.
- 2) Natureza do jurídica do processo penal.
- 3) Os sistemas processuais penais.
- 4) O Tribunal do Santo Ofício.
- 5) Princípios processuais penais.
- 6) Jurisdição penal.
- 7) A inquisição papal e a inquisição dos reis.
- 8) A inquisição mineira.
- 9) A perseguição penal.
- 10) O acusado e os direitos de defesa.

Referências Bibliográficas

ALEXANDRE HERCULANO. *História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*. Porto Alegre: Pradense, 2002.

ARAÚJO CINTRA, Antônio Carlos de, GRINOVER, Ada Pellegrini e DINAMARCO, Cândido R. *Teoria geral do processo*. 14. ed., São Paulo: Malheiros, 1998.

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus*. O fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia de bolso. 2009.

CAPISTRANO DE ABREU, J. Um visitador do santo ofício. In: *Ensaio e estudos. Crítica e História*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1932.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 3. ed., São Paulo: Malheiros, 1987, p. 126

FERNANDES, Neusa. *A inquisição em Minas Gerais no século XVIII*. 2 ed. Rio de Janeiro, Eduerj, 2004

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão; teoria do garantismo penal*. Trad. Ana Paula Zomer Sica. Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GONÇALVES, Aroldo Plínio. Técnica processual e teoria do processo. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1992b. 220p.

GREEN, Toby. Inquisição. O reinado do medo. Trad. Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p 75

JÚNIOR, Augusto de Lima. *A capitania das minas gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

QUEIROZ, Cristina M. M.. *Direitos fundamentais: teoria geral*. Coimbra: Coimbra Editora, 2002

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Limpos de sangue*. São Paulo: Eduesp, 2001.

RUST, Leandro Duarte. A invenção da inquisição medieval. In *Leituras da História*. São Paulo: Editora Escala. Ano II, Edição 34, 2010.

TORNAGHI, Hélio Bastos. *A relação processual penal*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1987.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo penal*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1989

Área de Estudo: H-05 – Ciências Penas e Direito ao Próprio Corpo

Referências temáticas

- 1) Princípios constitucionais de Direito Penal.
- 2) O poder punitivo do Estado.
- 3) Teorias da pena.
- 4) Garantismo penal.
- 5) Direito, moral e religião.
- 6) Elementos subjetivos do tipo penal.
- 7) O erro no Direito Penal.
- 8) Concurso de Pessoas no Direito Penal.
- 9) Direito à privacidade.
- 10) Novas tecnologias de controle dos corpos.

Referências bibliográficas

BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Revan: 2001. 136p. (§8º a §13º)

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: Revistados Tribunais, 2002. 768p. (cap. 2, 4 a 8)

VIANNA, Túlio Lima . Roteiro didático de elaboração de projetos de pesquisa em Direito. *Justilex*, v. 13, p. 66-68, 2003. (disponível em www.tuliovianna.org).

VIANNA, Túlio. Efetivar o Estado laico. *Fórum*. São Paulo (SP), nº 92, nov. 2010. p.20 – 22. (disponível em www.tuliovianna.org).

VIANNA, Túlio. O direito ao próprio corpo. *Fórum*. São Paulo (SP), nº 106, jan. 2012, p. 18 - 19. (disponível em www.tuliovianna.org).

VIANNA, Túlio. *Transparência pública, opacidade privada: o Direito como instrumento de limitação do poder na sociedade de controle*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 232 p.

VIANNA, Túlio; MATTOS, Geovana Tavares de. A inconstitucionalidades da condutasocial e personalidade do agente como critérios de fixação da pena., in *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano*, v. 14, p. 305-323, 2008. (disponível [emwww.tuliovianna.org](http://www.tuliovianna.org)).

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. BATISTA, Nilo. ALAGIA, Alejandro. SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 658p. (cap. 1, 2 e 4)

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral*. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 768p. (cap. 15 a 34)

LINHA DE PESQUISA 4
ESTADO, RAZÃO E HISTÓRIA

Área de Estudo: E-01 – Ordem Jurídica Transnacional, Tecnologias e Inovação

Referências temáticas

- 1) Estado, ordem jurídica transnacional e a construção da governança global da internet. Papéis do pluralismo jurídico, identidade cultural, e fragmentação do direito internacional na arquitetura global da internet. Valores instrumentais e éticos da sociedade global do conhecimento (*Global Knowledge Society*).
- 2) Interface entre direito internacional público e direito internacional privado na regulamentação das novas tecnologias e internet. Confluência de regimes, diversidade de sistemas jurídicos e pluralidade das fontes normativas.
- 3) Funções e métodos do direito comparado e comparação de sistemas jurídicos. Propostas de releitura a partir da diversidade, pluralismo jurídico e emergência das novas tecnologias e internet. Direito comparado, transformações normativas e função subversiva.
- 4) Direito internacional privado e propriedade intelectual. Fundamentos e princípios de uma relação interativa e complementar. Questões e desafios impostos pelas novas tecnologias e pela internet ao método e função do direito internacional privado.
- 5) Compartilhamento e convergência de competências das organizações internacionais e regulamentação das novas tecnologias e da inovação. Agenda da OMPI para o Desenvolvimento e quadro internacional para transferência de tecnologia. Questões relativas à harmonização e uniformização de normas internacionais de propriedade intelectual.
- 6) Direito internacional privado, territorialidade e internet. Aspectos relativos à lei aplicável, jurisdição, solução de litígios pluriconectados e cooperação jurídica internacional. Internet e direitos de propriedade intelectual: conflitos de interesses entre titulares e usuários e a proteção dos acessos nas redes digitais.
- 7) Direito internacional da propriedade intelectual, harmonização substantiva e regimes globais de proteção da atividade criativa e inovadora no Pós-TRIPS. Agenda da OMPI para o Desenvolvimento e elaboração normativa da PI. Efeitos das novas tecnologias e inovação sobre os modelos de harmonização e uniformização dos direitos de propriedade intelectual.

- 8) Estado e cooperação internacional em matéria de ciência e tecnologia. Competências e programas das organizações internacionais. Cooperação na área da internet e plataformas colaborativas em pesquisa e desenvolvimento.
- 9) Estado, “nova lex mercatoria” e arbitragem comercial internacional. Resolução de litígios privados transnacionais em ambientes de novas tecnologias. Contornos, fundamentos e desafios. Experiências das organizações internacionais e centros de arbitragem.
- 10) Acesso à internet como direito fundamental da pessoa humana na ordem internacional. Políticas públicas, políticas legislativas e acessos em confronto com a propriedade intelectual. A construção da cidadania digital como paradigma da cibercultura na sociedade global do conhecimento.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999; idem, *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- DE BEER, Jeremy (ed.) *Implementing the World Intellectual Property Organization's development agenda*. Waterloo: Wilfred Laurier University Press, 2009.
- DELMAS-MARTY, Mireille. *Le pluralisme ordonné*. Paris: Seuil, 2006. Trd. Inglês: *Ordering pluralism: a conceptual framework for understanding the transnational legal world*. Oxford, London: Hart, 2009.
- ENGEL, Christopher e KELLER, Kenneth H. (eds.), *Governance of Global Networks in the Light of Differing Local Values*. Baden-Baden: Nomos 2000.
- FAWCETT, J.J. e TORREMANS, Paul. (eds.), *Intellectual Property and Private International Law*, Oxford: Oxford University Press, 2011.
- GERBER, David J. Globalization and legal knowledge: implications for comparative law, in: *Tulane law review*; vol. 75, n.4, 2001, p. 949-975.
- GOLDSMITH, Jack L. e WU, Tim. *Who Controls the Internet? Illusions of a Borderless World*. Oxford, New York: Oxford Univ. Press 2006.
- GOLDSMITH, Jack L. The Internet and the Abiding Relevance of Territorial Sovereignty, in *Indiana Journal of Global Legal Studies* n.5, (1998), p.475; Regulation of the Internet: Three Persistent Fallacies, in: *Chicago-Kent Law Review*, vol. 73, (1998), p.1119.
- JAYME, Erik. Identité culturelle et intégration: le droit international privé postmoderne. Cours général de droit international privé, in *Recueil des cours*, vol 251 (1995), p.9-267.
- MILLS, Alex. *The confluence of public and private international law: justice, pluralism and subsidiarity in the international constitutional ordering of private law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010; idem, The Private History of International Law, in *International and Comparative Law Quarterly*, vol. 55, n 1, 2006, p. 1-50.

MONATERI, Piergiuseppe (ed.). *Methods of Comparative Law*. Research handbooks in comparative law. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

MUIR-WATT, Horatia. La fonction subversive du droit compare, in *Revue internationale de droit comparé*, vol.52, n.3, 2000, p. 503-527.

POLIDO, Fabrício B. P. *Direito Internacional da propriedade intelectual: fundamentos, princípios e desafios*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

RILES, Annelise (ed). *Rethinking the masters of comparative law*. Oxford, Cheltenham: Hart, 2001.

SHULTZ, Thomas. *Information Technology and Arbitration*. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2006; idem, *Online Dispute Resolution: Challenges for Contemporary Justice* (com G. Kaufmann-Kohler, The Hague: Kluwer Law International, 2004.

TEUBNER, Gunther. *Global law without a state*. Aldershot: Dartmouth. 1997.

Área de Estudo: E-02 – Trabalho e Democracia

Referências temáticas

- 1) Caracterização do Direito do Trabalho: a) O Direito do Trabalho entre o Direito Público e o Privado; b) Tendências atuais do Direito do Trabalho.
- 2) O Trabalho e a Constituição Brasileira: a) O art. 1º, IV da CF – O trabalho como fundamento da República; b) O art. 170 – a ordem social e o trabalho como seu fundamento; c) O art. 193 – o primado do trabalho e a ordem social d) Como valorizar estes elementos dentro do atual Direito do Trabalho.
- 3) As Divisões atuais do Direito do Trabalho e seu significado para a Ciência do Direito do Trabalho: a) Direito Individual do Trabalho; O Direito Coletivo do Trabalho; b) O Direito Público do Trabalho; c) O Direito Processual do Trabalho; d) O Direito Penal do Trabalho; e) Cogestão e Direito do Trabalho; e) A contribuição de cada um destes ramos para a formação de uma Ciência do Trabalho.
- 4) Relação de Trabalho com o Estado: a) Relação de trabalho pública ou privada? b) O regime estatutário e a relação de trabalho; c) A jurisprudência do STF e sua crítica: d) A relação de trabalho do servidor público no Direito Comparado
- 5) O Direito Coletivo do Trabalho: a) Sindicalismo no serviço público – atualidade e perspectiva b) a organização sindical no serviço público perante a Constituição e a CLT: mudança ou adaptação
- 6) O Direito Público do Trabalho: a administração e a justiça do trabalho; a). as questões de competência jurisdicional; b) os temas de higiene, saúde e segurança; c) os adicionais de

- insalubridade e periculosidade: conversão em dinheiro ou extinção?; d) o problema da fiscalização; e) a aplicação de multas administrativas pela Justiça do Trabalho;
- 7) O Direito Processual do Trabalho: perspectivas e reforma; a) a solução do conflito trabalhista - Estado ou conciliação e arbitragem? b) crítica ao processo do trabalho brasileiro.
- 8) A Cogestão e o Direito do Trabalho; a) o problema geral da participação. A empresa congestionada; b) a cogestão no estabelecimento e na empresa. Perspectivas; c) os conselhos de empresa e sua função social; d) filosofia da cogestão e sua posição no Direito do Trabalho;
- 9) O Direito Internacional do Trabalho: a) O trabalho como bem jurídico universal; b) O trabalho e os direitos humanos; c) os tratados sobre trabalho e sua vigência em face da Constituição; d) A OIT e o Direito Internacional do trabalho
- 10) Futuro e Perspectivas do Trabalho no Mundo Atual; a) Futuro do trabalho na época da informática e da informatização das atividades humanas; b) futuro do homem que trabalha diante da informática; c) Acabou a geração do trabalho ou haverá apenas mudança de suas formas?

Referências bibliográficas

- ÁLVARES DA SILVA, Antônio. *Flexibilização das Relações de Trabalho*. São Paulo: LTr, 2002.
- ÁLVARES DA SILVA, Antônio. *Globalização, terceirização e a nova visão do tema pelo STF*. SP: LTr, 2011
- ÁLVARES DA SILVA, Antônio. *Sanção e direito do trabalho*. BH. RTM.2014.
- ALVES, Giovanni. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Londrina: Práxis, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. Braga, Ruy. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999; idem, *Modernidade Líquida*. Rio: Zahar, 2001; idem, *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- BRESSON, Yoland. *L'après Salarial*. 2 ed. s.l. 1993.
- DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego*. São Paulo: LTr, 2006.
- DIETRICH; MÜLLER-GLÖGE; PREIS; SCHAUB. *Erfurter Kommentar zum Arbeitsrecht*. 7 ed. München. C.H.Beck. 2007.

- ERMIDA URIARTE, Oscar. *A flexibilidade*. São Paulo: LTr, 2002.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição, in: *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 8, No 1 (2008).
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- PAULA, Carlos Alberto Reis de. ÁLVARES DA SILVA, Antônio. *Ética, justiça e trabalho no século XXI*. 2ª ed. BH: RTM. 2013.
- POCHMANN, Márcio. *E-trabalho*. 1a. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2006
- POCHMANN, Márcio. *Relações de Trabalho e Padrões de Organização Sindical no Brasil*. São Paulo: LTR, 2003.
- REIS, Daniela Muradas, DANTAS, Roberta e COURA, Solange. (coord.). *Justiça Social e Trabalho: um tributo a Mauricio Godinho Delgado*. São Paulo: LTr, 2013.

Área de Estudo: E-03 – Filosofia do Estado e Cultura Jurídica

Referências temáticas

- 1) Cultura política grega.
- 2) História das instituições políticas romanas.
- 3) O Direito como fundamento do poder político e do poder religioso no Medievo.
- 4) Representação *versus* Razão: o homem, o justo e a Filosofia Medieval.
- 5) Modernidade, entre Ilustração e Romantismo.
- 6) Política e História em Kant.
- 7) Hegel: dialética, historicidade e racionalidade.
- 8) Direito, coerção e liberdade.
- 9) Razão e destino do Estado de Direito.
- 10) Dignidade humana, entre o ocidental e o universal.

Referências bibliográficas

- COSTA, Pietro. *Civitas; Storia della cittadinanza in Europa*. 4 v. Roma: Laterza, 1999-2002.
- COSTA, Pietro, ZOLO, Danilo (orgs.). *O Estado de Direito; história, teoria, crítica*. Trad. Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DUQUE, Félix. *Historia de la Filosofía Moderna; la era de la crítica*. 2. ed. Madrid: Akal, 1998.

- HEGEL, G.W.F. *Filosofia da História*. Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. 2. ed. Brasília: EdUnB, 1999.
- HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011.
- MATA MACHADO, Edgar de Godói da. *Direito e Coerção*. 2. ed. São Paulo: Unimarco, 1999.
- MAYOS, Gonçal. *Macrofilosofia de la Modernidad*. Sevilla: dLibro, 2012.
- REALE, Miguel. *Teoria do Direito e do Estado*. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2000
- SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de Justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.
- SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça em Kant; seu fundamento na liberdade e na igualdade*. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.
- SALGADO, Joaquim Carlos; HORTA, José Luiz Borges (Orgs.). *Hegel, Liberdade e Estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- SALGADO, Karine. *A Filosofia da Dignidade Humana; a contribuição do alto medievo*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009.
- SALGADO, Karine. *A Filosofia da Dignidade Humana; porque a essência não chegou ao conceito*. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2011.
- SALGADO, Karine. *A Paz Perpétua de Kant*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.
- VAZ, Henrique Cláudio de Lima, S.J. *Escritos de Filosofia III; Filosofia e Cultura*. São Paulo: Loyola, 1997.

Área de Estudo: E-04 – Teoria da Justiça

Referências temáticas

- 1) Conhecimento científico e conhecimento filosófico do Direito.
- 2) Direito e valor.
- 3) Direito e coerção.
- 4) Direito e liberdade.
- 5) Direitos fundamentais.
- 6) Teoria da justiça no pensamento antigo e sua atualidade.
- 7) História do direito romano público e privado.
- 8) O problema da justiça no Idealismo Alemão.
- 9) Evolução ética do Estado de Direito.
- 10) Fundamentos filosóficos da hermenêutica jurídica.

Referências bibliográficas

- BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico; lições de filosofia do direito*. Trad. Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

FARALLI, Carla. *A filosofia contemporânea do direito: temas e desafios*. Tradução de Candice Premaor Gullo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MATA MACHADO, Edgar de Godoi da. *Elementos de Teoria Geral do Direito*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1986.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de justiça em Kant: seu fundamento na Liberdade e na igualdade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça no mundo contemporâneo: fundamentação e aplicação do Direito como o Maximum Ético*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

Área de Estudo: E-05 – Filosofia do Poder e pensamento radical

Referências temáticas

- 1) A filosofia pré-socrática, os sofistas e a crítica à tradição.
- 2) Os projetos políticos de Platão e Aristóteles: autoritarismo ou racionalismo?
- 3) Liberdade, igualdade e universalismo no helenismo: estoicismo, epicurismo, ceticismo e cinismo.
- 4) A contra-história da filosofia no pensamento de Schopenhauer, Nietzsche e Onfray.
- 5) Teologia política, poder e violência: Carl Schmitt, Hans Kelsen e Walter Benjamin.
- 6) Biopolítica e estado de exceção.
- 7) Liberdade *versus* causalidade e o problema do livre-arbítrio: libertarianismo, compatibilismo e determinismo.
- 8) Neuroética e direito.
- 9) Filosofia radical: multidão, utopia e resistências.
- 10) Marxismo, história e revolução.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

CARDOSO, Renato César. *A ideia de justiça em Schopenhauer*. Belo Horizonte, 2009.

CHURCHLAND, Paul M. *Matéria e consciência*. São Paulo: UNESP, 2004.

EVERS, Kathinca. *Neuroética: cuando la matéria se despierta*. Madrid: Katz, 2013.

- FERNANDEZ, Atahualpa. *Neuroética, direito e neurociência: conduta humana, liberdade e racionalidade jurídica*. Curitiba: Juruá, 2008.
- FISCHER, John Martin; KANE, Robert. PEREBOOM, Derk. VARGAS, Manuel. *Four views on free will*. Oxford: Blackwell, 2007.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Trad. Clóvis Marques. Rev. técnica Giuseppe Cocco. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant. Trad. das teses Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MATOS, Andityas Soares de Moura Costa Matos. *Filosofia radical e utopia: inapropriabilidade, anarquia, a-nomia*. Rio e Janeiro: Via Verita, 2014.
- MATOS, Andityas Soares de Moura Costa Matos. *O grande sistema do mundo: do pensamento grego originário à mecânica quântica*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *NOMOΣ ΠΛΑΝΤΟΚΡΑΤΩ? apocalipse, exceção, violência*. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 105, Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, pp. 277-342, julho/dezembro de 2012.
- MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; SANTOS NETO, Arnaldo Bastos (coords.). *Contra o absoluto: perspectivas críticas, políticas e filosóficas da obra de Hans Kelsen*. Curitiba: Juruá, 2011.
- ONFRAY, Michel. *Contra-história da filosofia: as sabedorias antigas*. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- RAMOS, Marcelo Maciel. *Os fundamentos éticos da cultura jurídica ocidental: dos gregos aos cristãos*. São Paulo: Alameda, 2012.
- SCHMITT, Carl. *O conceito do político/Teoria do partisan*. Trad. Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

Belo Horizonte, junho de 2014